

Resumo

O município de Corumbataí do Sul localiza-se na região Centro-Oeste do estado do Paraná, e seu Índice de Desenvolvimento Humano é 0,678, sendo um dos menores do estado. É o maior produtor de maracujá, e por meio de uma Associação, comercializa as frutas e produtos dos agricultores. Nesse trabalho foi realizado um levantamento das questões ambientais e sócio-econômicas dos agricultores da Associação de Produtores Rurais de Corumbataí do Sul. Um dos principais objetivos deste trabalho foi conhecer um pouco da realidade vivida por esses agricultores, sendo entrevistados 99 agricultores num universo de 350 associados. Com os dados coletados e tabulados, pode-se verificar que 38% dos entrevistados têm uma renda mensal por família de até de R\$380,00 com a venda de produtos agrícolas, geralmente café (53%) ou maracujá (34%). O número de pessoas por família residentes nas propriedades rurais é em média de 4 (24%) a 5 pessoas (13%). Residências com mais de 5 pessoas atinge um percentual de 24%. A maioria das propriedades rurais apresenta um tamanho de até 5 alqueires (55%). O lixo doméstico gerado nas propriedades é queimado por 68% dos entrevistados. As embalagens de agrotóxicos geralmente são devolvidas por 76% dos agricultores ao local onde a compraram, no entanto, uma parte dos agricultores ainda queimam as embalagens (6%) e 12% armazenam na propriedade porque não sabem dar uma destinação adequada, mostrando-se preocupados e ao mesmo tempo interessados com as questões ambientais.

Abstract

The municipality of Corumbatai South is located in the Midwest region of the state of Parana, and its Human Development Index is 0678, and one of the lowest in the state. It is the largest producer of fruit, and through an association, sells fruit and produce of the farmers. In this work was carried out a survey of environmental and socio-economic issues of farmers of the Association of Rural Producers of Corumbataí do Sul. One of the main objectives of this study was to know a little of the reality experienced by those farmers, and 99 farmers were interviewed in a universe of 350 members. With the data collected and tabulated, can be found that 38% of respondents have a monthly income per family of up to R\$ 380.00 with the sale of agricultural products, usually coffee (53%) or fruit (34%). The number of persons per family living in rural properties is an average of 4 (24%) to 5 people (13%). Homes with more than 5 people reaches a percentage of 24%. The vast majority of rural properties present a size of up to 5 bushel (55%). The household waste generated is burned in the properties by 68% of respondents. The packages of agricultural chemicals are usually returned by 76% of farmers to the place where they bought, however, some farmers still burn the package (6%) and 12% store because they do not know to give a destination adequate and is worried at the same time concerned with environmental issues.

Janaina de Melo Franco ⁽¹⁾;
Grazielle Lemos ⁽²⁾;
José Hilton Bernardino de Araújo ⁽³⁾;

¹ Graduada no curso Superior de Tecnologia em Gerenciamento Ambiental, UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Campo Mourão, BR 369 - km 0,5 - CEP: 87301-006 - Caixa Postal: 271. E-mail: janydemelo@gmail.com

² Graduada no Curso Superior de Tecnologia em Gerenciamento Ambiental, UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Campo Mourão, BR 369 - km 0,5 - CEP: 87301-006 - Caixa Postal: 271. E-mail: grazzyely@hotmail.com

³ Dr. em Eng. Química, UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Campo Mourão, BR 369 - km 0,5 - CEP: 87301-006 - Caixa Postal: 271. E-mail: jaraujo@utfpr.edu.br

1 Introdução

O reconhecimento da importância da agricultura familiar no Brasil e de sua inserção nas políticas públicas é um fato. Alguns projetos governamentais como o Programa de Extensão Universitária "Universidade Sem Fronteiras", da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Paraná - SETI vem auxiliando nisso, visando promover o desenvolvimento da pequena produção e romper o círculo de pobreza, melhorando as condições de vida dos pequenos produtores, pela possibilidade de uma geração maior de renda.

O município de Corumbataí do Sul localiza-se na região centro-ocidental do Estado do Paraná (Figura 1), a 24°06'04" Latitude Sul e 52°07'11" Longitude Oeste Greenwich (IPARDES, 2008, p.2), situando-se no Terceiro Planalto a uma Altitude média de 650 metros do nível do mar. Pertencente à Micro-Região 12 – COMCAM e a comarca de Campo Mourão, o município de Corumbataí do Sul possui uma área de 169,528 km² e faz limites com os municípios de Campo Mourão e Barbosa Ferraz.

A região onde se localiza o Município de Corumbataí do Sul foi habitada primitivamente por índios Botocudos e outras tribos de permanência temporária. Houve também, alguns aldeamentos instalados pelos jesuítas espanhóis. A colonização, propriamente dita, que deu início ao povoado, começou em meados do século atual tendo como fator principal a fertilidade do solo e os movimentos migratórios existentes, com deslocamentos de famílias das diferentes regiões brasileiras. Criado através da Lei Estadual nº 8.484 de 27 de maio de 1987, foi desmembrado de Barbosa Ferraz e instalado em 01 de janeiro de 1989.

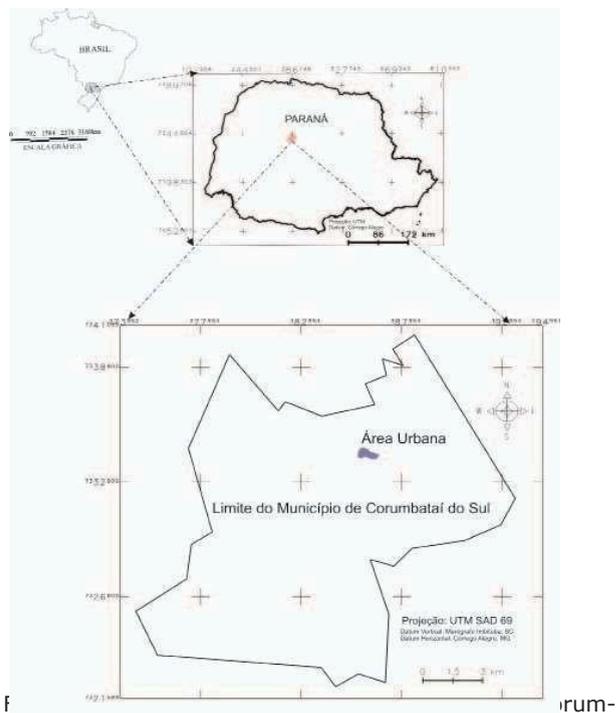


Figura 1. Localização do município de Corumbataí do Sul - PR.

Com base nos dados feitos através do levantamento feito pela Secretaria da Saúde do município de Corumbataí do Sul, o mesmo possui 01 unidade básica de saúde 24 horas com atendimento geral, 03 farmácias, 02 consultórios odontológicos, São 03 leitos disponíveis para a população em casos de atendimento rápido, casos mais graves são enviados para os municípios vizinhos como Barbosa Ferraz e Campo Mourão.

A equipe de profissionais da saúde do município de Corumbataí do Sul é formada por 03 médicos, 02 dentistas, 01 farmacêutico, 01 psicólogo, 05 profissionais da área de enfermagem (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL, 2008).

Segundo o Censo 2000 do IBGE, o município de Corumbataí do Sul possuía uma população de 4.946 habitantes, sendo 1.998 hab. na zona urbana e 2.948 hab. na zona rural, apresentando uma taxa de crescimento anual total de 4,1%.

Porém, no ano de 2007 o total da população decaiu para 4.262 hab, ou seja, uma redução de 0,86% na população do município

com 2.268 hab na zona urbana e 1.994 hab na zona rural e o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH para o município foi de 0,678 (IPARDES, 2008, p.21; IBGE, 2008).

Na cidade de Corumbataí do Sul no Paraná se localiza a Associação de Produtores Rurais de Corumbataí do Sul conhecida como APROCOR, que apóia a comercialização e cultivo de frutas, realiza a capacitação de produtores na produção de maracujá e outras culturas, incentiva o associativismo e cooperativismo, fornece informação e cotação de mercado de café e frutas e ainda promove compras conjuntas de insumos, onde aproximadamente 1.994 habitantes estão na zona rural (IBGE, 2008) e a renda per capita é de R\$ 116,09 de acordo com dados da prefeitura (CORUMBATAIDOSUL, 2008).

A Associação tem a função de suprir algumas deficiências dos pequenos agricultores, dar novos horizontes para a comercialização de sua produção, unindo o setor e eliminando gargalos na produção e comercialização do maracujá, soja, café, laranja entre outros. Além disso, ela auxilia no planejamento da produção incluindo-se o manejo do cultivo, com capacitação, informação e organização dos associados.

O objetivo desse trabalho foi avaliar as condições socioeconômicas e ambientais através de um levantamento de dados dos associados da APROCOR e conhecer um pouco da realidade vivida por eles. Esses dados obtidos servirão como um banco de dados para a própria associação e também para a cidade, além de conhecer um pouco da relação dos associados com as questões ambientais e as deficiências que eles enfrentam no dia a dia.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada entre os agricultores por meio de um questionário aplicado a 99 associados da APROCOR durante os meses de janeiro a julho de 2008 na sede da associação no município de Corumbataí do Sul e com a devida autorização. O questionário constava das seguintes perguntas: nome do entrevistado e da propriedade; área; numero de residentes; quantos trabalham na propriedade; renda mensal; fontes de

renda; principal produto cultivado; forma de comercialização; produção total; principais dificuldades encontradas na atividade agrícola; interesse em diversificar a produção; interesse em cursos de capacitação; tipos e destinação dos resíduos gerados; ocorrência de nascentes, rios ou fontes na propriedade e se há análise do solo para plantio. Após as entrevistas, os dados eram tabulados em uma planilha eletrônica, e depois analisados por meio de gráficos para facilitar a avaliação dos dados levantados e exposição dos resultados junto aos agricultores da associação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A APROCOR conta com 350 associados, no entanto ao realizar as entrevistas, somente 99 agricultores foram entrevistados, devido a situações adversas como: - alguns dos associados moram em outras cidades; - não respondiam alegando falta de tempo; - outros alegavam já ter respondido o questionário, mas após verificação ficava constatado que o mesmo não havia respondido.

Os principais dados obtidos encontram-se tabulados a seguir e representam uma amostra significativa da população envolvida para a realização desse trabalho.

Área da propriedade rural e número de habitantes

No gráfico da Figura 2 é mostrada a extensão das propriedades dos produtores de Corumbataí do Sul, nele pode-se verificar que a grande maioria, ou seja, 55% dos produtores, possui uma área de até 5 alqueires por família que é utilizada apenas para a sua subsistência.

O número de pessoas por família residentes nas propriedades rurais dos produtores de Corumbataí do Sul situa-se entre 4 a 5 pessoas, ou seja, cerca de 37% (Figura 3), e mais de 24% das propriedades contam com mais de 5 moradores. Um fenômeno que ocorre no município e o êxodo dos jovens, que procuram cidades maiores para estudar e trabalhar, pois Corumbataí do Sul não oferece muitas opções para eles, isso se reflete no percentual de 20% de propriedades onde habitam apenas 1 ou 2 pessoas, geralmente casais idosos.

Extensão da Propriedade

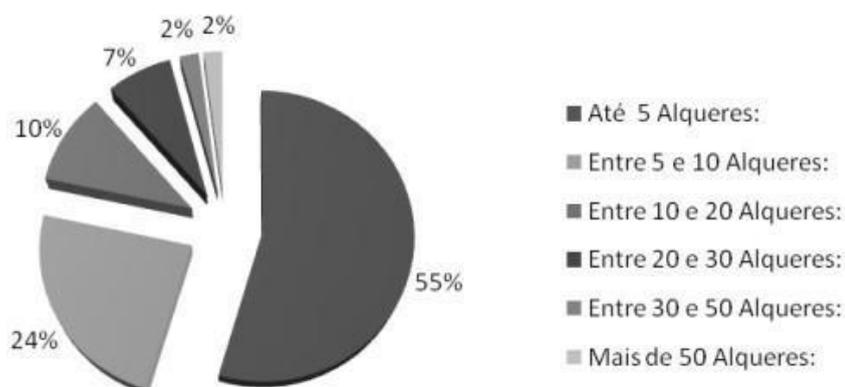


Figura 2: Extensão das propriedades dos agricultores

Residentes na Propriedade

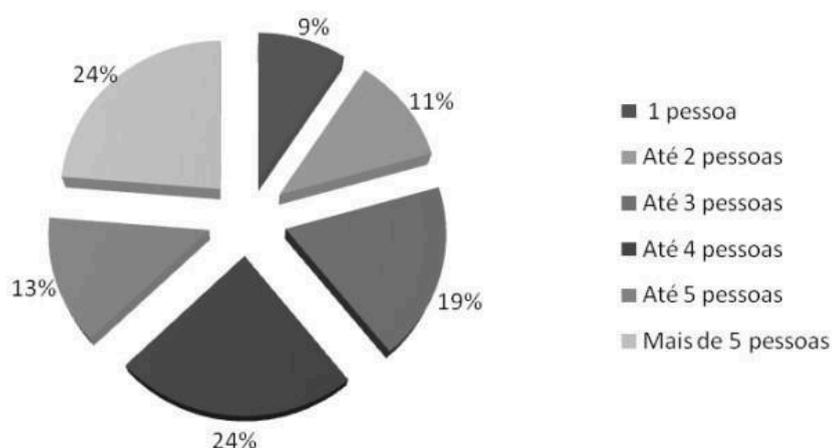


Figura 3: Residentes nas propriedades.

Principais produtos comercializados e renda

A maioria dos agricultores sobrevive apenas do plantio de frutas, principalmente maracujá (34%) e café (53%), pois o solo da região é propício para essas culturas (Figura 4). Os outros 13% cultivam arroz, milho, mandioca e feijão ou criam gado. Os produtos agrícolas são comercializados por intermédio da associação

dos produtores rurais de Corumbataí do Sul, que vende para supermercados, centros de distribuição de alimentos, como a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) e indústrias de polpa de frutas. Alguns agricultores também comercializam com outras cooperativas da região, como a Agroindustrial Cooperativa de Campo Mourão (COAMO).

Residentes na Propriedade

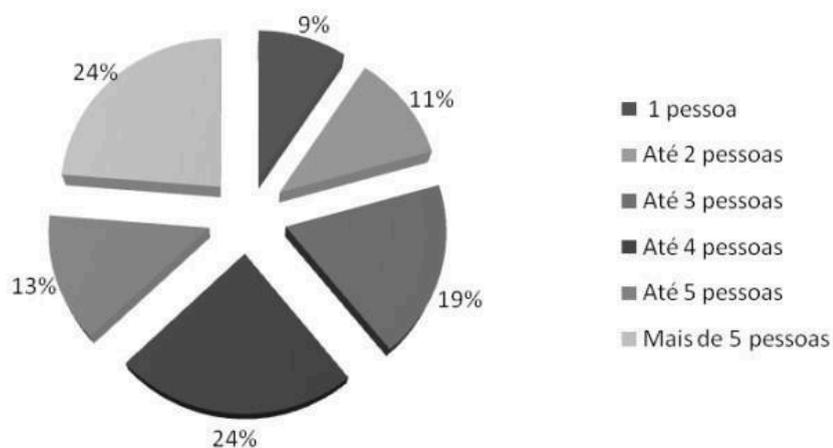


Figura 4: Produtos comercializados

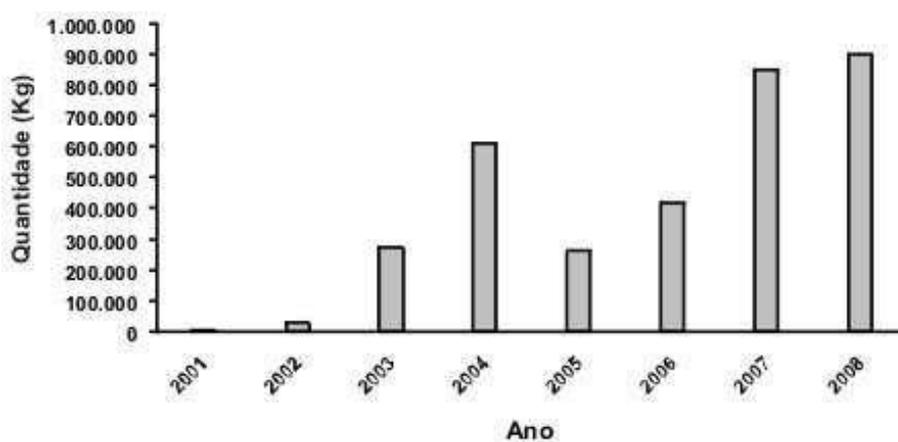


Figura 5: Produção de maracujá.
Fonte: APROCOR, 2008.

A renda obtida com a comercialização desses produtos é baixa, e está sujeita a variações, que dependem da demanda e da oferta. No gráfico da Figura 5 podemos verificar a quantidade de maracujás produzida e comercializada pela APROCOR no período de 2001 a 2008, e na Figura 6 é mostrado o valor médio pago por quilo de maracujá entre os períodos de 2001 a 2008.

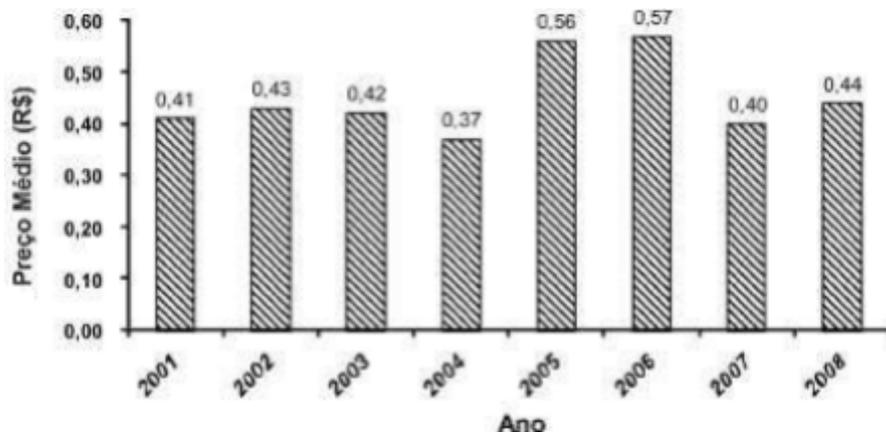


Figura 6: Preço médio do quilograma de maracujá
Fonte: APROCOR, 2008.

Para 38% dos entrevistados a renda média da família é de R\$380,00 (Figura 7), abaixo do salário mínimo do Brasil, e que não supre todas as necessidades básicas. Apenas 14% dos entrevistados têm uma renda acima de R\$1.000,00, o que proporciona uma vida mais tranqüila, mas sem nenhuma ostentação, além

disso, 21% dos entrevistados não informaram a renda familiar. Vale salientar que 74% dos entrevistados não possuem outra fonte de renda além da agricultura, e o restante, 26% tem aposentadoria rural ou comercializam legumes, leite ou verduras para sobreviver.

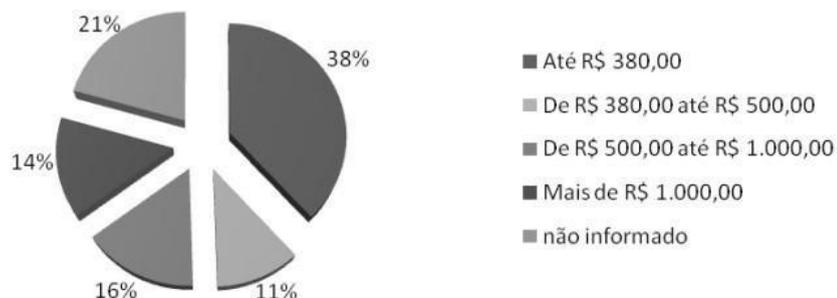


Figura 7: Renda dos agricultores.

Aspectos ambientais

A grande maioria, ou seja, 68% dos entrevistados (Figura 8) queimam o lixo doméstico gerado nas propriedades, que não é a melhor forma de destinação final, essa prática pode até reduzir o volume de lixo evitando uma aparência desagradável e a proliferação dos

vetores, mas a queima de qualquer material libera CO₂ (gás carbônico) na atmosfera, e outros gases indesejáveis para o meio ambiente, além de prejudicar o solo, reduzindo sua fertilidade.

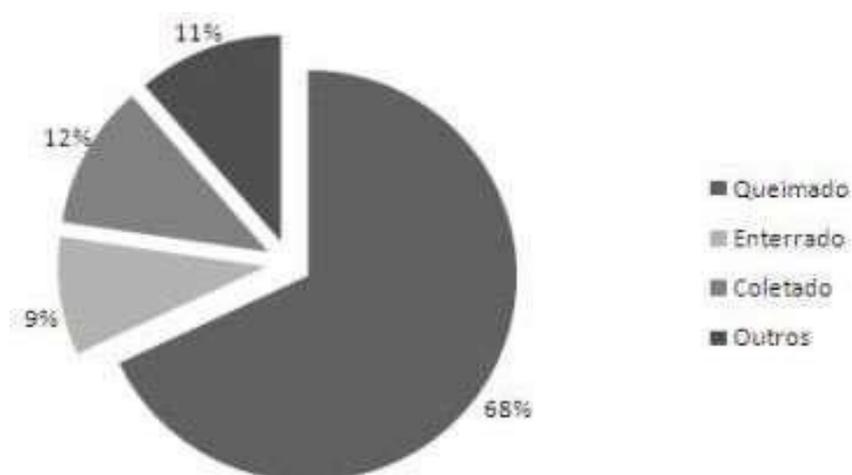


Figura 8: Destinação final do lixo doméstico.

Alguns dos entrevistados responderam que encaminha o resíduo sólido para a sede do município para ser coletado e 9% enterra o lixo em sua propriedade. É importante salientar que o lixo depositado no solo sem nenhuma proteção pode gerar a contaminação do mesmo e do lençol freático pela ação do chorume, líquido de cor preta característico de matéria orgânica em decomposição.

Com relação aos resíduos orgânicos (restos de comida em geral, cascas de frutas, casca de ovo, folhas, flores e etc.), 65% utilizam como adubo em sua propriedade (Figura 9). Alguns agricultores (22%) utilizam os resíduos orgânicos como alimentos para animais da propriedade.

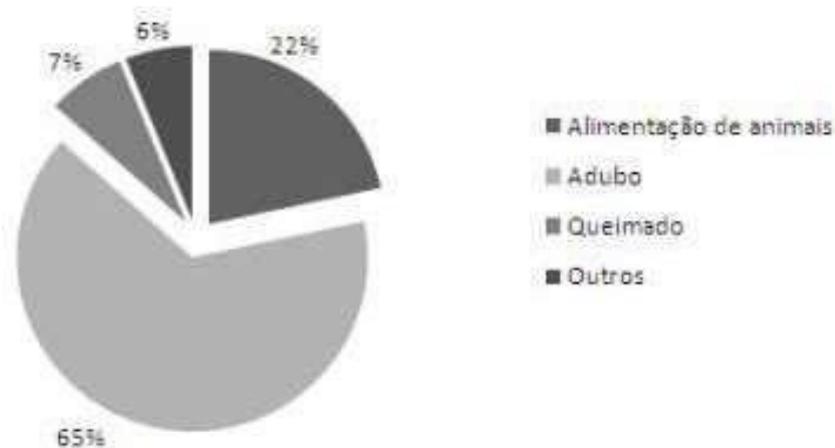


Figura 9: Destinação final do resíduo orgânico.

As embalagens de agrotóxicos depois de utilizadas se não tiver uma destinação correta pode acarretar graves problemas ao meio

ambiente. Em virtude disto também foi realizada a pergunta para os agricultores com relação ao que eles fazem com essas embalagens após o uso (Figura 10).

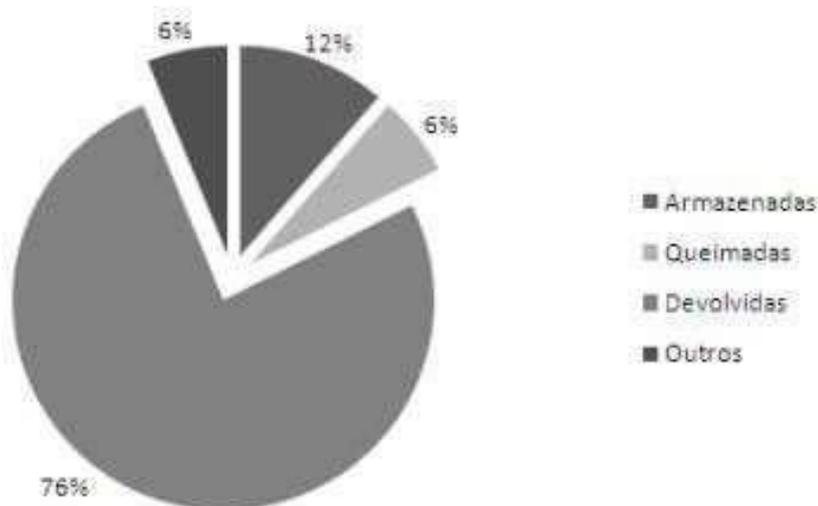


Figura 10 – Destinação final das embalagens de agrotóxicos.

Os agricultores se mostraram informados quanto à destinação final das embalagens de agrotóxicos, cerca de 76% devolvem ao local de compra. Esses dados carecem de maiores detalhes, pois muitos agricultores omitem ou não esclarecem de maneira correta a destinação dessas embalagens. Dos agricultores entrevistados, 6% não sabem o que fazer com as embalagens, outros 6% as queimam e 12% armazenam na propriedade. Informações sobre a destinação correta das embalagens são de suma importância, pois a destinação inadequada pode acarretar graves problemas ao meio ambiente e a saúde das pessoas que manuseiam os agrotóxicos.

A nova legislação federal disciplina a destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos e determina as responsabilidades para o agricultor, o revendedor, o fabricante e para o Governo na questão de educação e comunicação. O não cumprimento destas responsabilidades poderá implicar em penalidades previstas na legislação específica e na Lei 9.605/98, lei de crimes ambientais como

multas e até pena de reclusão (LEI 9.605/98; UFRRJ, 2008). As embalagens vazias devem ser devolvidas juntas com suas tampas e rótulos quando o agricultor reunir uma quantidade que justifique o transporte. O agricultor tem o prazo de até um ano depois da compra para devolver as embalagens vazias. Se sobrar produto na embalagem, poderá devolvê-la até seis meses após o vencimento. O agricultor deve devolver as embalagens vazias na unidade de recebimento indicada pelo revendedor no corpo da Nota Fiscal segundo o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - INPEV. A questão das embalagens de agrotóxicos é de fundamental importância porque muitas propriedades (59%) utilizam a água a partir de nascentes, rios, poços ou córregos e se ocorresse contaminação por parte dessas embalagens, toda a população que utiliza essa água iria sofrer sérias conseqüências.

Uma grande parte dos entrevistados possui em suas propriedades, rios e nascentes, e conseqüentemente são obrigados a ter a vegetação ciliar no entorno para estarem em

conformidade com a legislação ambiental. Podemos verificar que os 82% agricultores se preocupam com esta questão de preservar as nascentes e rios, e possuem vegetação ciliar em suas propriedades. Esse dado carece de maior análise, pois se verificou in loco que isso não condiz com a realidade presenciada. As matas/vegetações ciliares funcionam como filtros, retendo defensivos agrícolas, poluentes e sedimentos que seriam transportados para os cursos d'água, afetando diretamente a quantidade e a qualidade da água e conseqüentemente a fauna aquática e a população humana. São importantes também como corredores ecológicos, ligando fragmentos florestais e, portanto, facilitando o deslocamento da fauna e o fluxo gênico entre as populações de espécies animais e vegetais (ARVORESBRASIL, 2008).

O artigo segundo da Lei Federal 4.771, estabelece que rios que possuam menos de 10 metros de largura devem ter 30 metros de faixa de mata ciliar. Em rios entre 10 e 50 metros de largura, a faixa de mata ciliar deve ser de 50 metros. Entre 50 a 200 metros de largura do rio, a faixa deve ser de 100 metros. Rios entre 200 a 600 metros de largura devem ter faixa de 200 metros. Acima de 600 metros de largura do rio, a faixa de mata ciliar deve ser de 500 metros. E para o caso de lagos e reservatórios, a decisão sobre o tamanho da faixa fica a critério do órgão ambiental (LEI 4.771/1965; COAMO, 2008).

A última pergunta do questionário era se os agricultores da associação já tinham realizado algum tipo de análise de solo. Aproximadamente 51% dos entrevistados já realizaram algum tipo de análise do seu solo. Essas análises são importantes, pois direciona aplicações de fertilizantes e corretivos ao solo, além de evitar gastos desnecessários com insumos e assim conhecer as características do solo (LOPES & GUILHERME, 2000, p.8).

4 CONCLUSÃO

Analisando os resultados do levantamento das questões socioeconômicas e ambientais, podemos perceber que a maioria dos agricultores da Associação de Produtores Rurais de Corumbataí do Sul - APROCOR ganham o suficiente para sua subsistência, comercializando os produtos agrícolas que eles mesmos produzem, contando apenas com o apoio da associação. As famílias de agricultores poderiam ter alternativas de renda para não ficar dependendo apenas da agricultura, diversificando sua produção, com novas culturas, aproveitamento de sub-produtos, entre outras atividades. Com a implantação de uma indústria de polpa de frutas, a associação de produtores rurais terá uma opção a mais para elevar sua renda, garantindo um padrão de vida mais digno.

É preciso que os produtores acreditem o quanto seu trabalho é importante e não desanimem com as dificuldades encontradas no dia-a-dia, tais como: aumentos do preço dos insumos, preço baixo no momento da venda, falta de mão-de-obra, entre outros fatores.

5 REFERÊNCIAS

ARVORESBRASIL. Recuperação de Matas Ciliares. Disponível em: <http://www.arvoresbrasil.com.br/?pg=reflorestamento_mata_ciliar>. Acesso em: 29 ago. 2008.

COAMO. Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/abr07/meio_ambiente.html>. Acesso em: 29 ago. 2008.

CORUMBATAIDOSUL. Aspectos Socioeconômicos. Disponível em: <http://www.corumbataidosul.pr.gov.br/Info_VerAspGeograficos.aspx>. Acesso em: 29 ago. 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Município de Corumbataí do Sul -PR. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2008.

INPEV, Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias. Responsabilidade do Agricultor. Disponível em:

<http://www.inpev.org.br/responsabilidades/triplice_lavagem/responsabilidade_agricultor/responsabilidade_agricultor.asp>. Acesso em: 20 mai. 2008.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social 2008 – Caderno Estatístico Município de Corumbataí do Sul. abril 2008. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 15 mai. 2008.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998. Lei de crimes ambientais. Disponível em: <<http://www.barretos.sp.gov.br/meioambiente/lei9605.pdf>> Acesso em 15 mai. 2008.

LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965. Código Florestal Brasileiro. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm> Acesso em 15 mai. 2008.

LOPES, A.S.; GUILHERME, L.R.G. Uso eficiente de fertilizantes e corretivos agrícolas: aspectos agrônômicos. 3ª. ed. São Paulo: Anda, 2000.

UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Destino das Embalagens. Disponível em: <<http://www.ufrrj.br/institutos/it/de/acidentes/dest.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2008.